

8	17
Livro	Folhas

**Acta da sessão ordinária realizada
dia 29 de Dezembro de 2009**

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro, do ano dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Lourenço Teixeira** e secretariada pela 1.º secretária **Dina Guerreiro Cavaco** e pela 2.ª secretária **Maria Filomena M. Guerreiro**, em cumprimento do preceituado no artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Encontravam-se presentes no início da sessão, além dos membros da Mesa, os seguintes membros: **eleitos pelo PSD, Duarte Manuel P. Rodrigues, Vítor Libânio Afonso, Celeste C. Rosário Sebastião, Manuel Afonso dos Santos e Silvino Encarnação Romana; pelo PS, José Manuel C. Lança, António M. F. Espírito Santo e José Eduardo P. Brites e pelo BE José Gonçalo M. Colaço, a que se juntam os Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo PSD, Sérgio Manuel Palma, Rui Manuel G. Palma, Francisco Gonçalves da Luz, António José M. Francisco, João Carlos Rodrigues e João Manuel Paleta e pelo PS Manuel da Silva. Faltou à sessão o Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar Ricardo António Monteiro Colaço, que se fez representar pela Tesoureira da mesma Junta de Freguesia, Paula Cristina Venâncio Camacho. -----**

Faltaram ainda à sessão, por motivos fundamentados, os membros eleitos pelo PS **Nuno Manuel D. Pereira e Maria Augusta F.M. Silva** e pelo PSD **Sónia C. Espírito Santo** as quais foram justificadas pela Mesa.-----

- Os dois primeiros membros solicitaram a suspensão de mandato, efectuando-se, nos termos legais, o preenchimento das suas vagas, respectivamente pelos membros suplentes **Noémia Maria M. Urbano Pinheiro e Maria Helena Martins Queiróz**, tendo o **Presidente da Mesa** procedido à sua identificação e verificação dos mandatos.-----

Nos termos da lei, estiveram presentes na sessão para além do Presidente da Câmara **António J.M. Rosário Sebastião (PSD)**, os Vereadores **João António V. S. Rodrigues Palma (PSD)**, **Sílvia Felícia Baptista (PSD)** e **João Manuel L. Saleiro (PS)**. -----

Faltou à sessão o Vereador eleito pelo PS **Fernando Teixeira Guerreiro**. ---

Da presente sessão constou a seguinte ordem de trabalhos: -----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A.1. - Votação das actas das sessões anteriores; -----

A.2. - Leitura de expediente; -----

A.3. - Intervenções. -----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

B.1. - Apreciação e deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010; -----

B.2. – Apreciação e aprovação dos Protocolos a Celebrar com as Juntas de Freguesia; -----

B.3. – Apreciação e deliberação sobre o Mapa de Pessoal, para vigorar durante o ano de 2010; -----

B.4. - Apreciação e ratificação do contrato de constituição da AMGAP Associação de Municípios para a Gestão de Água Pública no Alentejo; -----

B.5. – Designação de membros para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco; -----

B.6. - Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal relativa às actividades municipais mais relevantes e situação financeira nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro; -----

B.7. Aprovação da acta em minuta. -----

C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA -----

C.1. Intervenção dos Múncipes (n.º 6, do art.º 84.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

A – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A.1. VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES; -----

O Sr. Presidente da Mesa informou que iria colocar à votação a **acta nº 4 de 2009** da Assembleia, referente à sessão realizada no dia 18 de Setembro e última do **anterior mandato**, por ser esta a primeira sessão ordinária que se lhe seguiu, embora de um novo mandato. Acrescentou que, naturalmente, os membros que transitam do anterior mandato têm todas as condições para votar em consciência, podendo os novos membros tomar a posição que acharem mais adequada. -----

Em seguida, propôs à Assembleia que, para vigorar durante todo o mandato, fosse **dispensada a leitura das actas** no início da sessão, uma vez que são enviadas a todos os membros com a devida antecedência, juntamente com a convocatória, tendo os membros da Assembleia, **por unanimidade**, concordado com o procedimento. -----

De imediato, colocou à votação a **Acta nº 4**, da sessão da Assembleia, de 18 de Setembro de 2009, que foi aprovada por **maioria** com 17 votos a favor e 5 abstenções. -----

Finalmente, apresentou a **Acta nº 1 (2009/2013)**, relativa à instalação da Assembleia, que se realizou no dia 24 de Outubro de 2009 e colocou-a à votação, a qual foi aprovada por **maioria** com 18 votos a favor e 4 abstenções. -

A.2. LEITURA DE EXPEDIENTE; -----

O Sr. Presidente da Mesa mencionou a correspondência recebida desde o início do mandato, cuja relação foi remetida a todos os membros, disponibilizando o seu acesso a quem o desejasse. Dessa correspondência

8	19
Livro	Folhas

salientou, em particular, dois ofícios remetidos pelo Grupo Municipal do PS, um sobre a publicidade das actas da Câmara e outro sobre a publicidade das deliberações da Assembleia Municipal, referindo que o proposto era desde há muitos anos prática corrente no funcionamento da Assembleia e da Câmara e que o mesmo continuará a ser posto em prática.-----

A.3. INTERVENÇÕES;-----

Após a abertura das inscrições o **Sr. José da Lança** interveio para apresentar duas sugestões: uma, no sentido de serem colocados parquímetros junto à Caixa Geral de Depósitos, uma vez que é um local com bastante afluência de pessoas e poucos lugares de estacionamento, o que certamente, ajudaria a racionalizar o espaço para estacionamento e outra, para que o prazo de resposta a qualquer solicitação dos membros da Assembleia seja semelhante ao que está estabelecido para os Vereadores, ou seja 10 dias, em vez de o de 15 dias, prorrogável por igual período, como consta, na alínea d) do despacho nº 33/PC/2009 relativo à delegação de competências na Chefe da Divisão Administrativa e Financeira -----

O **Sr. Presidente da Mesa** por esta ser a primeira sessão ordinária do mandato, informou que no anterior, adoptara o procedimento de transferir as respostas do Presidente da Câmara às questões colocadas neste período "Antes da Ordem do Dia", para o período da "**Ordem do Dia**"- **Informação do Presidente da Câmara**, e que funcionou muito bem. Tal procedimento facilita uma melhor gestão do tempo e da Ordem e Trabalhos, sem perda do tratamento adequado de cada questão colocada ou de qualquer limitação de tempo, tendo em atenção que outras sugestões e questões da mesma natureza são colocadas ao Presidente da Câmara, no respectivo ponto da Ordem do Dia, procedimento com que a Assembleia concordou. -----

B – PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

B.1. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2010 (anexo I);-----

O **Sr. Presidente da Mesa** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que apresentasse o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2010. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** iniciando a sua intervenção, salientou a importância dos documentos em apreço para a actividade da Câmara no ano de 2010 e os seus princípios orientadores que lhe dão suporte, para dar resposta às principais necessidades do concelho, expressos na Introdução aos documentos. Na base da sua elaboração, referiu que teve em conta o programa eleitoral do PSD, sufragado em Outubro último, ao qual se procurou atribuir alguma flexibilidade, no sentido de integrar sugestões e contributos que pudessem possam trazer mais-valias para o concelho. -----

Referiu, em seguida, que a globalidade do Orçamento atinge um montante de cerca de 16 milhões de euros, provenientes de receitas próprias da autarquia, transferências do Orçamento do Estado, fundos comunitários e empréstimos.

Quanto ao volume da despesa disse que se procurou contemplar um conjunto de investimentos necessários para o concelho, alguns já concursados e outros que irão a concurso durante o ano de 2010. Para além destes investimentos há outras despesas que “consomem” boa parte do Orçamento, nas áreas da Educação, Acção Social, Cultura e Desporto. Destacou ainda os protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia o que permite alguma descentralização, conferindo-lhes maior autonomia. Em síntese, disse que com este Orçamento se procurou abranger um conjunto de investimentos estruturantes para o concelho, alguns dos quais fazem parte do Plano Plurianual de Investimentos, cuja concretização vai para além do ano de 2010, e ainda que o elenco das receitas e despesas orçamentadas se traduz num orçamento realista e rigoroso.

Terminou esta sua intervenção disponibilizando-se para o esclarecimento de eventuais dúvidas e para o debate que se iria seguir. -----

Abertas as inscrições, o **Sr. Duarte Rodrigues** pediu a palavra para, em representação do Grupo Municipal do PSD, afirmar que este é um orçamento realista, em que os investimentos têm financiamentos assegurados, realçando que num total de 16 milhões de euros, cerca de 7,5 milhões são para despesas de investimento destinadas a um conjunto de infra-estruturas como o saneamento básico e os arruamentos em algumas localidades que ainda não dispõem dessas infra-estruturas, completando-se, neste mandato, um ciclo que foi iniciado há 8 anos atrás. Salientou também o esforço, apesar da crise económica que se vive, no aumento do valor de alguns protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia. Do ponto de vista financeiro mencionou ainda a capacidade de endividamento da autarquia que atinge cerca de 2,2 milhões de euros. -----

Concluiu a sua intervenção para afirmar que o sentido de voto da bancada seria o da aprovação deste Orçamento. -----

O **Sr. Rui Palma** interveio para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a data prevista para electrificação do Monte Branco na freguesia a que preside, Graça de Padrões, uma vez que tal intervenção está referenciada no Orçamento. -----

O **Sr. José da Lança**, na sua intervenção, começou por frisar que o documento em apreço é um importante instrumento de trabalho e de gestão e que, conseqüentemente, se não estiver bem planificado poderá resultar num entrave ao desenvolvimento do concelho. Disse que o presente Orçamento está bastante focado na promoção de espectáculos, feiras e romarias, sem que esse tipo de actividade traga mais-valias para o concelho, em termos de criação de emprego e fixação de população, e que quem está a usufruir da realização destes eventos são os concelhos limítrofes, que possuem uma maior oferta em termos de alojamento pelo que são eles que colhem os dividendos dos espectáculos que o Município de Almodôvar proporciona. Em sua opinião, acaba por ser um pouco ridículo que existam equipamentos em Almodôvar que acabam por não ter quem os utilize, uma vez que não há emprego e as pessoas, os jovens, principalmente, acabam por sair do concelho. -----

8	21
Livro	Folhas

No que diz respeito à aplicação de taxas e impostos, ao contrário do que afirmou o Sr. Presidente da Câmara, não notou que tivesse havido ponderação na definição dos valores da Derrama ou do IMI, quando numa altura de crise se deveria ter procedido a uma descida destes impostos. -----

Em seguida, referiu que o empréstimo contraído pela Câmara, se destina a colmatar a diferença entre a receita e a despesa, havendo por isso necessidade de recorrer a capital alheio e fez menção à capacidade de endividamento que considerou directamente proporcional aos impostos cobrados, motivo da opção de não baixar as respectivas taxas. Confessou também não compreender porque estava prevista a arrecadação de receita resultante da cobrança de impostos já abolidos como a contribuição autárquica ou a Sisa. -----

No capítulo da despesa, disse sentir-se mal informado ao verificar que em muitas alíneas do Orçamento aparece a rubrica de "outros", com verbas avultadas, pelo que deveria ter sido elaborada uma relação discriminando a aplicação das verbas. -----

O **Sr. José Eduardo** interveio para expor as dúvidas que o documento lhe ofereceu, nomeadamente, as diferenças de verbas consignadas para algumas obras nos anos de 2010 e 2011, como sejam as referentes às escolas do Rosário e Semblana; construção do armazém e oficinas municipais, requalificação urbanística da entrada poente de Almodôvar; requalificação do Adro dos Judeus e Bairro 25 de Abril ou a recuperação e valorização ambiental na Ribeira de Cobres. -----

Apresentou ainda outras interrogações ao Sr. Presidente da Câmara como a de não estarem contempladas obras como electrificação de um conjunto de montes nas proximidades da Chadinha, a repavimentação na Cumeada e no Azinhal e ainda sobre a diferença de mais de 2,5 milhões de euros entre a previsão de investimento para 2010 e a de 2011. -----

Inquiriu, ainda, sobre a falta de instalações sanitárias nos cemitérios do concelho, sobre a repavimentação do C.M. 1198 entre o Cruzamento do Azinhal e o Mú, e sobre se estaria previsto o alargamento da ponte existente no início deste troço. -----

Antes de terminar, fez vários pedidos relativos a a obras iniciadas ou por iniciar constantes no Orçamento de 2010. -----

Após ter sido dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** começou referir a intervenção do Sr. Duarte Rodrigues, concordando com a análise por ele feita no sentido de que este Orçamento reflecte a política seguida ao longo dos últimos anos de dotar o concelho de infra-estruturas indispensáveis. -----

Esclareceu o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Graça de Padrões**, de que a electrificação do referido monte deverá acontecer durante o ano de 2010, uma vez que o projecto já foi entregue à EDP para execução, continuando-se assim a política de electrificação rural do concelho que já atinge valores da ordem dos 90%. -----

Respondendo às questões do **Sr. José da Lança** disse que o concelho de Almodôvar não se desenvolverá isoladamente em relação aos concelhos

limitrofes e é inevitável que certas actividades realizadas beneficiem alguns concelhos vizinhos. No entanto, se uma condição essencial para o desenvolvimento é a existência de infra-estruturas de carácter básico em todas as localidades, também a nível da educação e da cultura ou da acção social é necessário investimento, não só para melhorar as condições de vida dos almodovarenses mas também para promover a imagem do concelho. É nesse âmbito que eventos como o Mercado Medieval ou a Feira acontecem, para atrair visitantes e lhes mostrar o que temos de melhor e as suas potencialidades, quer a nível de produtos endógenos, quer a nível do ambiente e da natureza, e beneficiando da localização geográfica do concelho. Tudo isto figura na nota introdutória do documento em apreço. Acrescentou ainda que para a criação de emprego será necessário adoptar medidas a nível nacional e regional, e que as Câmaras por si só não têm capacidade para operar mudanças significativas na sua área de influência. No entanto têm a obrigação de fazer a parte que lhe compete na dinamização das actividades do concelho.

Quanto à utilização dos equipamentos referiu como exemplo a afluência de pessoas às piscinas municipais que quadruplicou em poucos anos, onde também foram efectuados alguns investimentos.

Quanto à valorização dos recursos endógenos mencionou o Programa PROVERE, no qual é líder o Município de Almodôvar e que contempla investimentos na ordem dos 40 milhões de euros, distribuídos por 144 projectos e que a efectivar-se trará consequências muito positivas na economia regional e local. Trata-se de um programa importante para o desenvolvimento da região, no sentido de ajudar as pequenas e microempresas, onde o turismo assume um papel preponderante. Este, na vertente do turismo rural já tem alguma dimensão, com a existência de pequenas unidades no concelho e, quanto aos projectos de maior envergadura, deposita-se a esperança de que venham a ser uma realidade, estando em curso a elaboração dos respectivos planos de pormenor. Por isso, o Executivo tem procurado proporcionar aos promotores as condições para que os projectos se concretizem. Citou ainda e a propósito, o exemplo da Freguesia do Rosário, onde existe uma actividade económica com bastante dinamismo, que acaba por ser uma referência a nível do concelho.

Sobre a fixação das taxas e dos impostos, referiu que sempre tem sido preocupação deste Executivo adoptar valores equilibrados, não fixando valores máximos mas intermédios, procurando arrecadar receitas importantes para que a Câmara mantenha políticas de intervenção em determinadas áreas sociais e possa cumprir com as suas responsabilidades.

Quanto à questão do empréstimo bancário, mencionou que quando apresentou as Grandes Opções do Plano e Orçamento focou as quatro fontes de receita do município e que o empréstimo era uma delas, mas que tal não deveria ser motivo de preocupações, pois o Município de Almodôvar sempre tem cumprido com as suas obrigações a este nível e a prova disso é que, em 47 Câmaras de todo o Alentejo, a de Almodôvar é a segunda em termos de celeridade no pagamento a fornecedores. Informou, também, que neste

8	23
Livro	Folhas

empréstimo contraído junto do BES está perfeitamente definido o montante para cada obra a que se destina e que o capital só é recebido mediante a apresentação de autos de medição. -----

Sobre o loteamento empresarial, mencionou que as obras de ampliação estão quase concluídas e que o mesmo representa a oferta de mais 8 lotes à disposição dos empresários do concelho. -----

Relativamente ao Fórum Cultural, explicou que esta opção não requeria um estudo de viabilidade económica porque o objectivo deste equipamento não era o lucro mas o de dar resposta à actividade cultural do concelho, dotando-o de melhores equipamentos. -----

Quanto aos protocolos com as Juntas de Freguesia, informou que em três delas não se aumenta o valor dos protocolos porque o mesmo já era mais alto do que os das restantes cinco. Estas tinham o seu valor aumentado, beneficiando do programa AGRIS para a recuperação de caminhos rurais e, por isso, terminado o programa, os seus valores tornaram-se inferiores relativamente às que não beneficiaram deste programa. Assim, findo o programa, houve o cuidado de aproximar os valores dos protocolos de todas as Juntas. -----

Sobre os impostos abolidos, informou que a inclusão da contribuição autárquica e da sisa não resulta de qualquer lapso, pois embora já tenham sido extintos, continua a haver algumas receitas, por recuperação de dívidas em atraso, referente aos anos em que os mesmos vigoravam. -----

Quanto às rubricas de "outros" referidas pelo Sr. José da Lança, explicou que a sua leitura tem de ser feita através dos códigos respectivos de cada classe orgânica e económica nos documentos correspondentes, o PPI e as Grandes Opções do Plano e Orçamento, onde tudo está bem explicado. Não obstante, acabou por enumerar um conjunto de actividades a que as verbas estão associadas. -----

A rematar, e sobre a intervenção do Sr. José da Lança, salientou que as receitas próprias estimadas no Orçamento representavam cerca de 15% do total das receitas, o que significa que têm aumentado nos últimos anos, não à custa do aumento do valor das taxas e impostos, mas porque existirá maior actividade no concelho e conseqüentemente maior arrecadação, o que significa menor dependência relativamente às transferências do Orçamento do Estado. No capítulo da despesa destacou os 40% do Orçamento destinado a despesas de investimento. -----

Quanto à intervenção do Sr. **José Eduardo** e às suas dúvidas relativas à diferença de verbas previstas para várias obras no ano 2010 e 2011, disse que tal se deve ao facto de se tratar de investimentos plurianuais, sendo perfeitamente normal que num ano tenham uma verba e no ano seguinte tenham outra verba. -----

Relativamente às suas outras questões informou: -----

-Instalações sanitárias nos cemitérios do concelho - o Município de Almodôvar apenas é proprietário do cemitério da vila de Almodôvar o qual

dispõe de instalações sanitárias; os restantes são da responsabilidade das Juntas de Freguesia.

-Pavimentação do caminho do Azinhal e Cumeada - estão adjudicadas as obras de abastecimento de água e tratamento de águas residuais e só depois serão pavimentados os arruamentos.

-Caminho Municipal 1198 - foi feita a primeira fase da pavimentação, de Almodôvar até ao cruzamento do Azinhal, e vai ser lançada a segunda fase que não contempla, no entanto, o alargamento de qualquer ponte.

-Sobre os pedidos de elementos efectuados no fim da intervenção disse que tanto ele como qualquer membro Assembleia os pode consultar junto dos Serviços Técnicos do município.

Após esta intervenção o Sr. Presidente da Mesa abriu ainda as inscrições para uma última ronda de intervenções.

O **Sr. José da Lança** disse concordar com a existência de todos os equipamentos indispensáveis no concelho tais como piscinas, museus e outros, mas que isso não traz mais emprego para o concelho e conseqüentemente não deveria ser prioritário. Quanto a si a prioridade deveria ser a adopção de medidas que trouxessem mais-valias e riqueza para o tecido económico do concelho.

E, fazendo referência aos grandes empreendimentos turísticos que têm sido falados para Almodôvar, disse que não passam de sonhos e que na realidade existem pequenos empresários que deveriam ser mais apoiados pelo Município.

O **Sr. Presidente da Câmara**, em resposta, disse que podem ser discutíveis as opções tomadas, mas que o papel da oposição deverá ser também o de apresentar sugestões e contribuir para o desenvolvimento do concelho. Além de apresentar sugestões disse ainda ser um dever da oposição estudar as matérias e documentar-se de maneira a que nas intervenções se fale com conhecimento da realidade dos factos, com exactidão, não distorcendo a veracidade dos mesmos.

Relativamente aos pequenos e grandes empresários e ao tratamento que uns e outros têm na Câmara, disse que são recebidos por quem tem competências para o efeito, e não tem necessariamente que ser o Presidente da Câmara a tratar de todos os assuntos.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** a pedido do líder da bancada do PS, concedeu um intervalo de cinco minutos antes de se proceder à votação da matéria em apreço.

Após este intervalo, colocou à votação as **Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2010**, o qual foi aprovado por maioria com 16 votos a favor, 1 voto contra e 5 abstenções.

Em seguida o **Sr. António Espírito Santo** em seu nome apresentou uma declaração de voto que leu e se transcreve no **Anexo II**

B.2. - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA (anexo III);

8	25
Livro	Folhas

Por não haver pedidos de intervenção foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** que referiu que os protocolos estavam bastante detalhados quanto ao seu conteúdo e que já no ponto anterior da Ordem do Dia sobre o Orçamento abordara o assunto-----

A Sr.^a **Paula Venâncio**, em nome da Junta de Freguesia de Almodôvar, agradeceu o apoio da autarquia através destes protocolos que muito têm ajudado as Juntas, esperando que no futuro eles possam continuar. -----

Por não haver mais pedidos de intervenção o Sr. **Presidente da Mesa** colocou à votação os **Protocolos a celebrar com cada uma das Juntas de Freguesia do concelho** os quais foram aprovados por unanimidade. -----

B.3. -- APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O MAPA DE PESSOAL, PARA VIGORAR DURANTE O ANO DE 2010 (anexo IV); -----

O Sr. **Presidente da Mesa** abriu as inscrições e em seguida o Sr. **José Eduardo Brites** lembrou que o Grupo Parlamentar do PS tinha solicitado, uma listagem do pessoal que ainda não lhe tinha sido fornecida. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** disse que recebera o pedido há alguns dias, por escrito e pela via adequada, através da Assembleia, entidade a quem os deputados municipais se devem dirigir, e que iria ser dada a resposta nos prazos previstos para o efeito. -----

O Sr. **Presidente da Mesa** confirmou que efectivamente essa questão havia sido colocada na anterior sessão, mas que não lhe chegou nenhum pedido por escrito, como deve ser feito. Também o facto de acta relativa à sessão onde o assunto tinha sido colocado verbalmente não ter sido ainda redigida contribuiu para o atraso no pedido dos elementos. Referiu, no entanto, que o mapa de pessoal da autarquia, é um documento público que pode ser acedido nos serviços da Câmara por qualquer cidadão para sua consulta, e naturalmente pelos membros da Assembleia, mas que o mesmo irá ser remetido logo que recebido da Câmara. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** interveio ainda para lembrar que na anterior sessão da Assembleia foi aprovada uma alteração ao mapa de pessoal de 2009. Com as alterações da legislação entretanto verificadas deixou de haver quadro de pessoal, passando a existir apenas um mapa de pessoal que acompanha os documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento, onde são discriminados os cargos e os serviços a que os trabalhadores estão afectos. Significa que o documento em causa, contempla todos os trabalhadores que existem actualmente ao serviço do município e ainda aqueles que se prevê contratar durante o ano de 2010 para que se consiga "dar corpo" àquilo que são as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010. -----

Por não haver mais intervenções, o mapa de pessoal para 2010 foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

B.4. - APRECIÇÃO E RATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA AMGAP- ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO; -----

O **Sr. Presidente da Mesa** explicou que o que está em causa neste ponto da "Ordem do Dia" é o nome da Associação que irá gerir a água nos Municípios aderentes, uma vez que os seus estatutos já foram aprovados na sessão de 18 de Setembro último. O nome então proposto não tinha sido aceite pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas tendo, entretanto, sido proposto um novo, agora aceite, e que é o de **AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo**, o qual que tem de ser aprovado pelas assembleias municipais. -----

De seguida solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que pormenorizasse o assunto. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** confirmou o que foi dito sendo necessário ratificar o nome aceite bem como o da ratificação da escritura de constituição desta associação, tratando-se de um simples processo administrativo. -----

Por não haver mais intervenções, o nome da associação e a **AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo e a ratificação da respectiva escritura de constituição** foi colocado à votação, tendo sido aprovado por **maioria**, com 21 votos a favor e 1 voto contra. -----

O **Sr. José Gonçalo** apresentou uma declaração de voto que leu e se transcreve no **anexo V**. -----

B.5. - DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO; -----

O **Sr. Presidente da Mesa** fez uma exposição do assunto referindo que o Executivo solicitou que, nos termos da Lei n.º 147/2009 de 1 de Setembro, a Assembleia Municipal designasse quatro cidadãos para integrar a comissão acima mencionada, a qual é constituída por representantes de várias entidades do concelho. Esta comissão tem como objectivo, como o próprio nome indica, intervir junto das crianças e jovens em risco. Disse ainda ter havido uma reunião preparatória entre os líderes dos Grupos municipais representados na Assembleia e a Mesa, representada pela sua 2ª Secretária, tendo-se chegado a um consenso sobre os nomes a designar e que foram os dos membros da Assembleia **Vítor Libânio (PSD), Maria Augusta (PS) e José Gonçalo (BE)**, e ainda o da Sra. **D. Lucinda Marques Jorge**, enfermeira do Centro de Saúde de Almodôvar, que convidada para o efeito aceitou participar na Comissão. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** perguntou à Assembleia se concordava com o consenso encontrado para a designação dos referidos cidadãos e não tendo havido qualquer oposição, considerou a sua aprovação unânime, pelo que iria ser comunicado ao Executivo que os mesmos irão integrar a **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco do concelho de Almodôvar**. -----

B.6. - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA ÀS ACTIVIDADES MUNICIPAIS MAIS RELEVANTES E SITUAÇÃO FINANCEIRA; -----

8	27
Livro	Folhas

Por não haver inscrições, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara solicitando que na sua intervenção desse resposta às questões colocadas no início da sessão. -----

O Sr. Presidente da Câmara começou por referir que a documentação enviada a todos os membros, para além das actas do Executivo, descreve de forma muito objectiva e clara o que foi a actividade da Câmara no período em análise -----

Respondendo à questão do Sr. José da Lança sobre os parquímetros disse que já vários munícipes manifestaram idêntica preocupação e vontade, mas que a intenção do Executivo era de os colocar após as intervenções urbanísticas que estão previstas para toda área circundante ao Mercado e Praça da República. Todavia não se exclui a hipótese de os colocar antes daquela intervenção. -----

Sobre a questão das respostas aos pedidos de informação dos membros da Assembleia Municipal e da delegação de competências do Presidente da Câmara na Chefe de Divisão Administrativa e Financeira disse que as mesmas têm a ver com o que a lei determina, isto é quem deve responder sobre um conjunto de matérias respeitantes àquela Divisão é a respectiva Chefe, e o mesmo se passa em relação às outras Divisões da Câmara. -----

Concluiu a sua intervenção dando mais alguns esclarecimentos sobre intervenções previstas em algumas estradas municipais na zona do Mú. -----

B.7. – APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA; -----

O Sr. Presidente da Mesa, após a leitura das partes da minuta relativas às votações efectuadas nesta sessão colocou-a à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA -----

C.1. - INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES (N.º 6, DO ART.º 84.º DA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO); -----

Finda a ordem de trabalhos foi, nos termos do Regimento e do n.º 6, do art.º 84º da Lei n.º 5/A/2002, de 11 de Janeiro, dada a palavra à assistência.

O Munícipe Sr. Carlos Rosa, pediu a palavra, para dizer que ele e um grupo de pais se encontrava preocupado com o ensino dos seus filhos numa turma de Matemática (que não identificou) o que lhes poderia prejudicar o futuro escolar, situação que se arrastaria desde o início do ano lectivo. Referia ainda que tal preocupação não significava qualquer posição pessoal contra a docente que lecciona aquela turma e solicitava que a Câmara e Assembleia Municipal fizessem eco de tal preocupação. -----

Na resposta o Sr. Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade em tal assunto e que é no foro da própria escola que o mesmo deve ser resolvido, posição também tomada pela Sra. Vereadora Sílvia Baptista. -----

FECHO: - Nada mais havendo a tratar, pelo Sr. **Presidente da Mesa** foi declarada encerrada a sessão n.º 07/2009 eram 00:30 horas do dia 30 de Dezembro de 2009. -----

Para constar e fins consignados no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se lavrou a presente acta da sessão, que depois de aprovada, vai ser assinada. -----

E eu, Manuel António Felisberto Francisco, Assistente Técnico, a secretariei, a redigi e subscrevo. -----

